

DIÁLOGO INSTITUCIONAL COM O PGJ



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

MENSAGEM Nº 7, 11 de agosto de 2017.

Caros(as) companheiros de jornada ministerial,

Ainda sob a motivação decorrente da inédita premiação, como primeiro colocado na categoria Redução da Corrupção, com o programa MP CONTRA A CORRUPÇÃO E A SONEGAÇÃO FISCAL, iniciamos a semana com a notícia de que mantivemos o grau de excelência no ranking de transparência elaborado periodicamente pelo CNMP, fruto do trabalho ingente de toda a equipe da PGJ. É importante destacar que a análise daquele órgão não se limita ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/11), mas baseia-se em três resoluções do CNMP (86/2012, 89/2012 e 115/2014), que aprofundam e detalham os critérios legais e, mesmo com esses parâmetros, obtivemos 98,57% da pontuação possível, como se observa no link http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Ranking_Transparent%C3%B4metro_1_Trimestre_2017.pdf.

O combate à corrupção e à improbidade administrativa prosseguem com o ajuste, com a Câmara Municipal de São Luís, para a realização de um seminário, no próximo dia 23 de agosto, no Rio Poty Hotel, cujo tema será o julgamento de contas dos gestores pelas câmaras municipais, para o qual serão convidados os presidentes de câmaras municipais do Maranhão. Em reunião com o Presidente e o Vice-Presidente do Legislativo da capital, ficou acordado que o Ministério Público do Maranhão participará do seminário com um painel que apresentará o programa Câmara em Dia.

Essa reunião foi a primeira atividade do novo Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público, Cláudio Rebêlo, que sucede a colega Elisabeth Albuquerque, que prestou valiosa contribuição à frente do órgão auxiliar.

Os CAOPs tiveram uma semana concorrida. O do Consumidor coordenou, com os respectivos representantes regionais, reunião com o Procon/MA em torno das estratégias de atuação conjunta da Rede de Proteção do Consumidor, bem assim para avaliar a Blitz Nacional, realizada no dia 28 de julho, no aeroporto Marechal Cunha Machado, sobre as novas regras de franquia de bagagem. Estivemos com o CAOP de Defesa da Educação no Tribunal de Contas do Estado (TCE), participando de uma reunião com representantes da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), em que o órgão associativo apresentou pedido de que as verbas do antigo FUNDEF devidas pela União aos municípios possam ser investidas em outras áreas. O TCE e o MPMA comprometeram-se em apresentar o pedido ao exame dos outros órgãos integrantes da ação interinstitucional O DINHEIRO DO FUNDEF É PARA A EDUCAÇÃO.

Por sua vez, o CAOP Criminal fez a apresentação do IPOL, sistema de controle de inquéritos que tem como objetivo facilitar e dar maior eficiência ao trabalho de controle externo da atividade policial, otimizando o processo de pesquisa e de retorno de informações, inclusive com a geração de relatórios detalhados. O Ipol está em fase final de desenvolvimento e será apresentado a todos os Promotores de Justiça durante o Workshop da Monitoração Eletrônica de Presos de Justiça, dia 21, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Foram relatados os avanços no desenvolvimento do Webservice, que permitirá a interoperacionalização dos sistemas de diversos órgãos como Ministério Público, Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária e do sistema de Georeferenciamento de incidência criminal na capital.

Publicamos NOTA DE REPÚDIO do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) em resposta às declarações do Ministro Gilmar Mendes que, em sessão de julgamento da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, realizada em 8 de agosto, fez generalizadas críticas às importantes atividades de investigação realizadas pelos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), órgãos de investigação do Ministério Público brasileiro, concluindo a NOTA com o registro de que, os signatários, "na defesa dos mais legítimos interesses republicanos, esperam que o ministro Gilmar Mendes, diante do disposto no art. 40 do Código de Processo Penal, remeta aos órgãos de controle provas ou elementos indiciários a respeito dos fatos relatados em sua manifestação, a fim de que se possam adotar, segundo os parâmetros do Estado de Direito, todas as providências cabíveis à regular apuração da veracidade dos fatos, com transparência e responsabilidade".

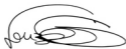
Como noticiou a coordenação do PJE no Judiciário local, sua adoção exclusiva, nos pedidos ao segundo grau de jurisdição, passa a valer aos moldes das Portarias nº 3382017 e nº 62017 do TJMA. Todos os membros do MPMA já foram devidamente cadastrados no sistema do 2º grau e a capacitação de nossas entrâncias inicial e intermediária acontecerá nos meses de agosto e setembro, segundo à SECINST.

No campo de nossas atribuições institucionais, foi proposta ADI contra lei do Município de São Luís que vedava o uso de aplicativo do tipo UBER. Finalizamos a semana, nessa área, com a assinatura de acordo de cooperação com o MPT para a elaboração de um cadastro de Conselhos Tutelares que possam receber os valores decorrentes de multas de TACs em feitos daquele órgão.

Foram assinados, ainda, a ORDEM DE SERVIÇO e o contrato de climatização do prédio das Promotorias de Justiça da capital, já com 95% das obras físicas concluídas e que tem cabeamento da rede lógica em andamento. Prosseguem as obras, também, da antiga sede, para a nova localização da ESMP, do Memorial do MP e de outras unidades administrativas.

Despeço-me parabenizando os pais que integram o MP, homenageados na sede da PGJ na manhã desta sexta, desejando a todos sabedoria para desempenharmos com sabedoria e afeto essa missão.

Que Deus nos abençoe a todos!
Até a próxima,



Luís Gonzaga Martins Coelho
Procurador-Geral de Justiça